

A Saúde é vítima de má gerência

Com maior ou menor relevância, a Saúde é tópic presente na agenda de governos em todo o mundo. Em grande medida, Barack Obama criou sua campanha à Presidência dos Estados Unidos ao tema. Uma vez eleito, empenhou-se em programas de governo, mas quase invariavelmente, fechadas as contas das campanhas eleitorais, fica tudo do mesmo jeito.

Nesse hiato de ações concretas que separam os planos das eleições seguintes, quando volta a ser plataforma de candidatos, a Saúde se perde na leniência, ou na incompetência, dos governos, ou vira refém da invariável paralisia para os males do país — mais dinheiro para a Receita, mais injeção no bolso do contribuinte. Foi assim com a CPMF. Sua existência,

em tese um bem-intencionado instrumento de capitalização do sistema de saúde, perdeu o sentido quando passou a matrir o apetite tributário e o sorvedouro do caixa único da União. Mesmo assim, o governo Lula não economizou esforços, nem condenáveis ações de pressão sobre o Congresso (inclusive com o empenho de sua então ministra e hoje candidata a sucessora, Dilma Rousseff), para manter o tributo. Derribado este, o Planalto tentou a cartada de ressuscitá-lo com outro nome — manobra rechaçada pelos parlamentares. De resto, o manra de que o fim da CPMF representaria um rombo de R\$ 40 bilhões no Orçamento não se confirmou, pois a fonte arrecadora foi saciada pelos próprios exagros do sistema tributário e o crescimento da economia.

Com a proximidade das eleições, a questão da capitalização da Saúde volta à mesa. No plano, a ideia de cobrar dos contribuintes a fatura da melhoria do sistema parece temporariamente sucumbir, à vista dos palanques. Não foi outro, por exemplo, o movimento da candidata de Lula, que chegou a pregar a volta de algo semelhante à CPMF. Confrontada com os prejuízos eleitorais da proposta, Dilma voltou atrás. A exemplo de seu adversário José Serra, passou a defender a regulamentação da emenda 29, que dispõe sobre percentuais mínimos de investimento na Saúde previstos em lei de 2004, jamais aplicada. Dessa forma, discute-se a Saúde a partir de cifras. De fora, fica a realidade de um sistema perverso. Dele, por exemplo, são emblemas a existência de 171

mil pessoas na fila do SUS à espera de cirurgia, como mostrou reportagem do GLOBO domingo passado, e a macabra estatística que dá conta de 40 mil amputações realizadas ano passado em hospitais públicos brasileiros, das quais 80% relativas a portadores de diabetes que não receberam tratamento adequado na rede pública.

Tal quadro é retrato de uma evidência: a Saúde brasileira sofre de má gestão, num sentido amplo que abrange a irresponsabilidade na administração de verbas e a insensibilidade com um sistema perverso, que engole vítimas colididas quase invariavelmente entre os cidadãos de baixa renda. Isso decorre que apenas alimentar tal rede com mais dinheiro, sem melhorar sua estrutura, fomenta uma situação condenável. O problema primordial é de gerência. Essa é a discussão principal de qualquer agenda que tenha por preocupação o aperfeiçoamento de um serviço essencial para a dignidade humana.

Despejar dinheiro numa estrutura arcaica não resolve o problema

Argentina dribla o Brasil, no comércio

Não é de hoje que o governo argentino recorre a uma série de expedientes para dourar a pílula diante das notórias dificuldades nas áreas econômica, financeira e comercial. Um dos fatos que se tornaram símbolo dessa atitude foi, e tem sido, a manipulação dos índices de inflação do instituto oficial Indec, para reduzir e disfarçar uma das consequências desastrosas da política econômica do governo. O país até conseguiu manter números expressivos de crescimento da economia — que foi ao fundo do poço na crise de 2001-2002 —, mas enfrenta problemas advindos ainda da moratória da dívida externa, já que nem todos os credores aceitaram o ressaculamento proposto pelas autoridades argentinas. Com isto, escasseia o crédito externo, e o governo é obrigado a manobras exóticas para manter saldos comerciais com o exterior.

O mais incrível é que uma das maiores vi-

timas dessas manobras seja o principal parceiro comercial da Argentina — o Brasil, seu sócio estratégico no Mercosul. Não menos incrível é que as autoridades brasileiras venham aceitando isso com placidez, no entendimento de que é preciso preservar o parceiro. Assim, chegamos ao ponto em que os dois principais países do Mercosul descumprem as suas regras e o Brasil, ancora do bloco comercial, o aceita. É necessário preservar o Mercosul, mas esta é uma responsabilidade de todos.

Até recentemente, o governo da presidente Cristina Kirchner vivia recorrendo a meios de proteção da economia argentina previstos em acordos internacionais, embora incompatíveis com os objetivos do bloco. Mas até aí houve abusos, como a demora de 60 a

180 dias para emissão das licenças. Mas agora a situação extrapolou com a decisão do secretário do Comércio Interior, Guillermo Moreno, de proibir importadores e donos de supermercados de comprar do Brasil alimentos similares aos produzidos localmente. Ele o fez de maneira não oficial, como é do seu estilo, através de telefonemas a empresários do setor de alimentos.

É certo que a Argentina vem perdendo poder de competição diante do Brasil, o que provoca ruggas entre os dois parceiros comerciais. Entretanto, as autoridades brasileiras não podem continuar aceitando os expedientes de que Buenos Aires vem lançando mão para barrar a entrada de produtos importados. Os argentinos alegam que suas deci-

sões têm em vista a concorrência da China, classificada por eles como "desleal". Mas a verdade é que a produção brasileira também é atingida, o que é um contrassenso do ponto de vista do Mercosul. De forma alguma cabe a observação depreciativa do assessor de política externa do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, de que o secretário Moreno "é o sub do sub". Não é. Trata-se de um dos principais integrantes da equipe da presidente Cristina Kirchner e goza de toda a sua confiança. Truculento, joga pesado contra os adversários, até com ameaças de agressão física.

Aos 200 anos da independência, a Argentina se arrasta em longa crise institucional, em cujo centro está o permissivo, obstáculo à modernização das relações entre Estado e sociedade. Para agravar o cenário, o casal Kirchner adota o estilo de governar pelo confronto. Mesmo quando, do outro lado da mesa, está um aliado do peso e importância do Brasil.

País não deve aceitar medidas que violem as regras do Mercosul

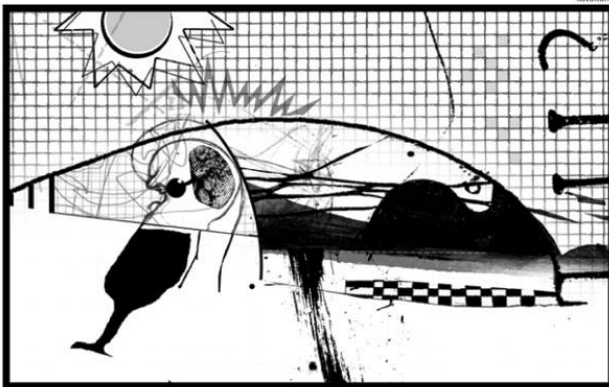
Os autores da cidade

ROSSIKA DARCY DE OLIVEIRA

As cidades são sistemas vivos, capazes de aprender e se transformar, não apenas um aglomerado de pessoas, aleatório e desconexo. Na vida das cidades fatos e atos nunca são apenas o que parecem ser. A cidade tem um poder de contaminação para o bem ou para o mal. O medo, por exemplo, se alastra facilmente. Assim como as esperanças.

Quando caricatas deixavam o Rio, fugindo da violência, a cidade, diz-se, era um caso perdido. Mas eis que o inesperado aconteceu: o espírito da cidade mudou. Atribui-se essa mudança a sua escolha como sede das Olimpíadas e de outros eventos para os quais estamos convidando gente do mundo inteiro. É bom não esquecer que os donos da casa somos nós.

Que ninguém subestime a importância das Unidades de Polícia Pacificadora nessa mudança. Em si elas cumpriram os objetivos a que se propuseram: recuperar os territórios ocupados pelo crime organizado e devolvê-los aos moradores. A demanda de uma política de paz que se espalhe pela cidade cresce e se afirma. Há que torná-la irreversível. A tarefa, em si, já é imensa, mas grande também é a força do exemplo, a demonstração na prática de que uma estratégia consistente, aplicada com coragem e perseverança, se impõe como política de Estado. E tira da letargia uma população que antes se comprazia na litania do "não tem jeito". No rosário de queixas — quase todas legítimas — a acusação de inércia, quando não de cumplicidade das autoridades.



Agora que o governo está agindo, cabe a pergunta: qual o papel da sociedade? Pois não há que esperar de uma ação policial que satisfaça a lista de necessidades que a desigualdade e o abandono acumularam ao longo de várias gerações.

A ação policial terá sido uma condição sine qua non para que outras energias da sociedade se ponham em movimento. Um exemplo: a indústria precisa de mão de obra e os jovens de ensino profissionalizante e trabalho. Com a palavra empresários e educadores.

Resta a ação dos moradores das fa-

velas que, livres da coerção do tráfico e das milícias, têm a possibilidade de ventilar seus bairros com iniciativas próprias. E deixar para trás os vícios da informalidade e dos "gatos", resquícios de um tempo de ilegalidade generalizada, prouiscuidade dos pequenos com os grandes delitos. Essa a parte que lhes cabe na integração da favela, como bairro, aos outros bairros.

Olhando para a cidade como um todo, é evidente que a violência do crime organizado, sendo o mais trágico problema urbano, não é o seu único desafio. A violência tem muitas faces, como o caos do transporte pú-

blico e a agressividade do trânsito. Há quem gaste três horas para chegar ao trabalho e outras tantas para voltar para casa. São horas não pagas, tempos de vida roubados aos que ganham menos. Na cidade entreada, onde um mar de veículos se atravança desordenadamente, o cotidiano dos cariocas está engarrafado em um trânsito infernal.

Se foi o aumento de renda que, ampliando a classe média, trouxe para as ruas um número maior de veículos — o que é uma boa notícia — esperase uma notícia ainda melhor, a de que o governo chamará a si a mobilidade

urbana, investindo em engenharia de trânsito com a mesma determinação de enfrentar obstáculos que colocou a segurança pública no topo das políticas bem-sucedidas. Confirmar assim a demonstração de que problema sem solução é o que ainda não foi chamado de problema ou equacionado corretamente.

Os cariocas, por sua vez, seriam coerentes se só atravessassem a rua nas faixas de pedestre e não parassem carros em fila dupla. Se não bloqueassem os cruzamentos ou ultrapassassem pelo acostamento, dirigindo com o senso de responsabilidade que cobram de quem dirige a cidade. Se não andassem de bicicleta nas calçadas nem as transformassem em estacionamento.

Calçadas são um pequeno pedaço da cidade que todos poderiam assumir como seu, cada prédio, rua, quarteirão ou bairro, restabelecendo nelas ordem e livre trânsito para os pedestres. Todos ganhariam, sobretudo idosos e deficientes físicos.

Engenharia de trânsito e políticas de transporte público são tarefas de governo. Comportamentos civilizados e conviviais dependem de cada um de nós. Pequenos gestos que, somados, sinalizam uma superação da cultura da brutalidade — elogio da expertise e do oportunismo — e inauguram uma relação regenerada entre governo e sociedade.

O bom governo é uma via de mão dupla onde se encontram autoridades que assumem suas responsabilidades e cidadãos conscientes de que, em última análise, são eles os autores da cidade.

ROSSIKA DARCY DE OLIVEIRA é escritora. E-mail: rossika.darcy@bol.com.br

ORGANIZAÇÕES GLOBO		FALE COM O GLOBO											
Presidente: Roberto Innes Marinho Vice-Presidentes: Jádo Roberto Marinho • José Roberto Marinho O GLOBO é publicada pela Intelição Comunicação e Participações SA Vice-Presidente: Rogério Marinho		Classifone: (21) 2534-4333		Para assinar: (21) 2534-4344 ou oglobo.com.br/assine		Geral e Redação: (21) 2534-5000							
O GLOBO Diretor de Redação e Editor Responsável: Rodolfo Fernandes Editores executivos: Luz Antônio Novais , Ascânio Selemes , Helena Celestino e Sônia Soares Editores: O Pá , Silvia Fonseca , Rio , Paulo Horta , Economia : Cristina Alves , O Mundo : Sandra Cohen , Esportes : Antonio Nascimento , Segundo Caderno : Isabel De Luca , Fotografia : Alexandre Sassi , Colúmbia : Ana Lucia Arredondo , Arte : Leo Tavchansky , Opinião : Aluizio Maranhão Rua Innes Marinho 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20.230-900 - Tel.: (21) 2534-5000 - Fax: (21) 2534-5535 Impressão: Red. Washington Luz 3.000 - Duplex de Caxias, RJ CEP 25.085-000 - Tel.: (21) 2534-5000		AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS Venda de noticiários: (21) 2534-5656 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Fonefax: (21) 2534-5779 Atendimento ao assinante: (21) 2534-5610		PUBLICIDADE Noticiários: (21) 2534-4310 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas, religiosos e fiéisnetes: (21) 2534-4333 — Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501 Loja: Rua Innes Marinho 35, Cidade Nova Internacional sales: Multimídia, Inc. (USA) Sit.: +1-407-903-5000 E-mail: adsales@multimidiausa.com		SUCURSAIS Belo Horizonte: (31) 3298-9300 Jornais de Bairro: (31) 3298-9305 Brasília: (61) 3327-8989 Fax: (61) 3327-8369 Salvador: (71) 243.3944/43.3387 Fax: (71) 243-3587 São Paulo: (11) 3226-7888 Fax: (11) 3226-7882		ASSINATURA Atendimento ao assinante Rio de Janeiro e principais capitais: 4002-5300 Demais localidades: 0800-0218433 — Segunda a sexta, das 08h30m às 19h — Sábados, domingos e feriados: das 7h às 12h Assinatura mensal com débito automático no cartão de crédito, ou débito em conta corrente (para ass. em agenda a domingo) RJ/MG/ES Normal: R\$ 66,00 Promocional: R\$ 59,90		VENDA AVULSA 08h30m às 19h RJ, MG e ES: 2,00 4,00 SP: 2,70 4,50 DF: 3,00 6,00 Demais estados: 4,50 9,00		ATENDIMENTO AO LEITOR plantao@oglobo.com.br DEFESA DO CONSUMIDOR As cartas devem ser enviadas para: Rua Innes Marinho 70 • 3º andar CEP 20.230-023 • RJ	
O GLOBO É ASSOCIADO: 													